

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: um estudo do Projeto Capoeira Angola

JANAYNA ROCHA MAGALHÃES¹; ALDO DURÁN GIL²

RESUMO

A redemocratização brasileira pós-1985, fez surgir no Brasil um novo ciclo de mobilizações mais centradas na problemática da exclusão social. Este estudo foi realizado partindo-se de uma perspectiva dos movimentos sociais enquanto grupos que enfocam suas atividades nas práticas sociais, exercidas por agentes sociais que buscam a construção e ampliação da cidadania na sociedade civil. Nesse contexto, o estudo do *Projeto Capoeira Angola*, promovido pelo grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa da cidade de Uberlândia – MG serviu como uma forma de investigar como se realiza na prática a construção da cidadania pelos movimentos sociais. Neste sentido, esta pesquisa teve por objetivo estudar o formato organizacional e o conteúdo de ação do grupo de capoeira angola em seu intuito de trabalhar em direção ao fortalecimento da sociedade civil. Pretendeu-se também analisar quais as linhas de ação dos movimentos sociais na sua tentativa de assumirem um papel ativo na luta por seus direitos de cidadania. Nesta investigação, os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise de documentos e dos projetos já realizados pelo grupo, e entrevistas com os membros do grupo. Nossa análise mostrou que, através de seus projetos de inclusão social, o grupo vem praticando o exercício da construção da cidadania, criando espaços alternativos de atuação política, social e cultural. A proposta deste estudo centrou-se em proporcionar a ampliação do entendimento sobre práticas sociais que envolvem a questão da construção e exercício da cidadania na sociedade brasileira.

Palavras-chave: *Cidadania, Movimentos Sociais, Capoeira Angola, Estado, Democracia.*

ABSTRACT

The Brazilian redemocratization post-1985, made appear in Brazil a new cycle more centered in mobilizations on the problematic of the social exclusion. This study was accomplished through a perspective of the social movements while groups that focus its practical activities in the social exercises, exerted for social agents who search the construction and magnifying

¹ - Graduanda do curso de Ciências Sociais (FAFCS/DECIS), da Universidade Federal de Uberlândia. Rua Hildebrando Oliva 584, casa 01, Santa Mônica, Uberlândia, CEP: 38408-212. janayna3009@yahoo.com.br .

² - Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica – Bloco 1H - Sala 1H41 - Uberlândia – MG. e-mail: aduran@fafcs.ufu.br .

of the citizenship in the civil society. In this context, the study of the *Capoeira Angola Project*, promoted by the Capoeira Angola Malta Nagoa group from the city of Uberlândia - MG, served as a form to investigate how it happens in the practical the construction of the citizenship through the social movements. This research had as objective to study the organizational format and the content of action of the group in its intention to work in direction to the reinforcement of the civil society. It's also intended to analyze which the lines of action of the social movements in its attempt to assume an active role on the fight for its rights of citizenship. In this inquiry, the methodological procedures had been the analysis of documents and the projects already realized for the group, and interviews with the group members. Our analysis showed that, through its projects of social inclusion, the group comes practicing the exercise of the construction of the citizenship, creating alternative spaces of politics, social and cultural performances. The proposal of this study was centered in providing the magnifying of the agreement on practical social that involves the question of the construction and exercise of the citizenship in the Brazilian society.

Keywords: Citizenship, Social Movements, Capoeira Angola, State, Democracy.

1 – INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objetivo fazer um estudo de caso que permitisse demonstrar na prática o exercício da construção da cidadania pelos movimentos sociais. A contemporaneidade é marcada por diversas transformações advindas do sistema capitalista que culminou, nos últimos anos, no processo de aceleração do fenômeno da globalização, um processo que provocou mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais mundiais.

A partir de então, começaram a surgir novas formas de interação entre as nações, havendo uma maior interação econômica e cultural entre países vizinhos.

Esse processo, que ocorreu num curto espaço de tempo devido ao desenvolvimento de tecnologias como a internet, trouxe a possibilidade de haver um crescimento econômico dos países em desenvolvimento, através de acordos e tratados, como o MERCOSUL, por exemplo. Mas ao mesmo tempo, a formação de blocos econômicos entre os países vizinhos, serviu para fortalecer ainda mais a economia dos países desenvolvidos, como o caso da União Européia.

Passou a predominar com maior intensidade a lógica mercadológica de obtenção de mais-valia por parte dos grandes empresários capitalistas, o que

provocou o enfraquecimento do poder estatal e a privatização de empresas governamentais. A sociedade civil também sofreu mudanças, perdendo parte de seus direitos de cidadania, ou seja, os direitos civis, políticos e sociais.

No Brasil, esse processo coincide com o fim do período da ditadura e início da redemocratização, o que propiciou o surgimento de uma nova forma de organização dos movimentos sociais. Começa a surgir uma análise dos movimentos sociais sob a ótica dos direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados.

Nas duas últimas décadas, novas formas de auto-organização e de relacionamento interorganizacional têm sido propostas pelos atores sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva, o que gerou uma nova reformulação nas propostas dos movimentos sociais.

As experiências de ações coletivas mais recentes apontam duas inovações principais: uma quanto ao formato organizacional (redes, parcerias, iniciativas cidadãs, campanhas de solidariedade, etc.); outra quanto ao conteúdo da ação (sentido da cidadania, justiça social, qualidade de vida e questões relacionadas).

O período pós-1985 – que se inicia com o processo de redemocratização institucional brasileira – até a sociedade atual consiste no foco de nossa investigação a respeito dos movimentos sociais no Brasil. Apesar de recente, a produção teórica sobre os movimentos sociais urbanos já possui vários balanços, cuja maioria foi produzida por intelectuais brasileiros a partir da década de 1980. É vasta a produção acadêmica sobre movimentos populares, movimentos de bairro, de lutas por moradia, por educação, dentre outros.

Não se pode deixar de perceber que a questão da cidadania está ligada à problemática do papel do Estado e do grau de democracia existente na política brasileira. Partindo de uma visão acerca do papel da sociedade civil na reivindicação e conquista por direitos, tentamos trabalhar com a hipótese da sociedade em interlocução com o Estado, não somente fazendo reivindicações ou oposição ao Estado (cuja ocorrência foi verificada em diversas literaturas a respeito), mas da sociedade agindo coletivamente no intuito de reivindicar e garantir seus próprios direitos de cidadania.

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com extensa bibliografia a respeito dos novos movimentos sociais, e de suas ações coletivas voltadas para a sociedade civil. Faltava, no entanto algo

que comprovasse na prática a ocorrência desse tipo de movimento. Assim, procuramos estudar a existência, na prática, de um segmento dos movimentos sociais, que fossem diferentes das ONGs, e o conhecimento dos projetos desenvolvidos pelo grupo de Capoeira Angola nos ajudou a estudar a amplitude de ações desses tipos de movimentos na sociedade civil.

É nesse contexto que se situa o estudo que esta pesquisa realizou, estando seu enfoque voltado para uma análise do *Projeto Capoeira Angola* enquanto uma forma de movimento social, que ao praticar o exercício da construção da cidadania, cria espaços alternativos de atuação política, social e cultural ao agirem coletivamente no âmbito da sociedade civil.

2 – METODOLOGIA

A proposta metodológica desta pesquisa, em se tratando de um estudo da área de Ciências Sociais, se pautou principalmente pelo método monográfico, contando ainda com o auxílio dos métodos histórico e observacional, para que se pudesse obter uma análise mais concreta do objeto de estudo. O método monográfico foi escolhido por atender

melhor às necessidades da pesquisa, visto que

[...] a vantagem do método [monográfico] consiste em respeitar a “totalidade solidária” dos grupos, ao estudar, em primeiro lugar, a vida do grupo na sua unidade concreta, evitando, portanto a prematura dissolução de seus elementos. (LAKATOS & MARCONI, 1991:108)

A pesquisa foi feita de forma mais qualitativa, e se dividiu em etapas, o que colaborou para um melhor desenvolvimento da mesma. Num primeiro momento, foi feito um levantamento bibliográfico com o fim de tentar realizar a construção de uma teorização acerca dos conceitos e discussões sobre movimentos sociais e cidadania. Essa teorização aborda, em complemento a esses conceitos, noções acerca das temáticas relacionadas ao Estado, democracia e inclusão social.

Num segundo momento, o universo deste plano de trabalho se deu em torno do grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa e suas atividades, visto que através dos projetos de inclusão social promovidos pelo grupo, torna-se possível caracterizá-lo como um movimento social. Para tanto, ressaltamos aqui que nosso interesse foi analisar a questão do fortalecimento e autodeterminação da sociedade civil em sua busca pela construção da cidadania através dos movimentos sociais.

Deve-se considerar, nesse contexto, a conceitualização de movimentos sociais enquanto grupos que enfocam suas atividades nas práticas sociais exercidas por sujeitos sociais que buscam a construção do exercício da cidadania na sociedade civil, sendo a sociedade civil, de acordo com Ilse Scherer-Warren (1999) o espaço onde os chamados movimentos sociais se organizam de forma mais autônoma.

Dessa forma, foi feito também um levantamento de documentos relacionados ao grupo aqui investigado e/ou produzido por ele durante esta pesquisa, utilizando, inclusive, como fontes, relatos orais e pesquisa com observação participante. Assim como os projetos e relatórios já produzidos pelo grupo, os relatos orais serviram como fontes de dados que auxiliaram no desenvolvimento deste projeto.

Os relatos orais foram coletados pela própria pesquisadora, por meio de entrevistas semi-estruturadas. Os sujeitos que proporcionaram a obtenção desses dados foram os agentes do grupo, tendo estes sido previamente contatados e questionados a concederem ou não a entrevista à pesquisadora.

Os agentes que aceitaram conceder seu depoimento à pesquisadora, através do relato oral, assinaram um termo de consentimento autorizando a pesquisadora

a realizar a entrevista. Logo, realizou-se uma análise cuidadosa de acordo com os objetivos propostos para este estudo.

Na seqüência, foi feito, a fim de se obter mais informações a respeito do grupo, um trabalho de campo cuja finalidade foi analisar os projetos em andamento. Pretendeu-se pesquisar, através de observação participante, as diversas oficinas e atividades promovidas durante os projetos que estavam sendo executados no período de realização da pesquisa. Os dados coletados ajudaram na análise de como é feito o trabalho com as crianças no sentido de promover a inclusão social, praticando assim o exercício da construção da cidadania. O registro de nosso plano de trabalho contou ainda com recursos de filmagem e material fotográfico para análises posteriores.

Por fim, foi feita uma revisão bibliográfica com o intuito de problematizar as discussões científicas com base nos dados coletados durante a investigação das atividades do grupo de Capoeira Angola. Essa análise permitiu a realização um estudo das estratégias e linhas de ação dos movimentos sociais na sua tentativa de assumirem um papel ativo na produção de suas próprias formas de vida e na luta pelos direitos de cidadania.

3 – PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA

3.1 – Os Movimentos Sociais na América Latina e no Brasil

A temática dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e status de objeto científico de análise a partir da década de 1960, período em que a própria sociedade passou a encarar os movimentos sociais como fenômenos históricos concretos. Mas o termo “movimento social” data de 1840, tendo sido utilizado por Lorenz Von Stein em defesa das necessidades que este via em se criar uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo de movimentos, como por exemplo, o movimento proletário francês.

Dessa forma, ao contrário do que se pensava, a temática dos movimentos sociais não se resume a um momento de produção sociológica que teve seu ápice entre as décadas de 1960 a 1980. Trata-se, como Maria da Glória Gohn (1997) chama a atenção, de “uma área clássica de estudo da sociologia e da política, tendo lugar de destaque nas ciências sociais.” (GOHN, 1997:329).

A dificuldade em se fazer uma teoria dos movimentos sociais reside no fato de que não existe um único conceito do que seja seu significado, mas vários,

que variam de acordo com o tempo e com o espaço, histórico e cultural, existentes em cada sociedade. De acordo com Gohn (1997:12) os movimentos “transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais”. Assim, os movimentos sociais têm por característica propor inovações e indicar diferentes rumos da mudança social. Tradicionalmente, os movimentos sociais se alinham no que se pode chamar de dois paradigmas: o paradigma norte-americano e o paradigma europeu.

A produção teórica norte-americana pode ser estudada em três segmentos: teoria da ação coletiva, teoria da mobilização de recursos (MR) e teoria de mobilização política contemporânea (MP). Apesar destas diferentes teorias, o paradigma norte-americano procurou centrar suas explicações nas estruturas das organizações dos sistemas sociopolítico e econômico, tendo como categoria de análise os sistemas, organizações e a ação coletiva.

Já o paradigma europeu se dividiu em dois segmentos: a teoria dos novos movimentos sociais (TNMS) e as teorias marxistas de análise dos movimentos. A teoria marxista volta-se mais para o estudo dos processos históricos globais e das contradições e lutas entre as diferentes classes sociais, partindo assim, de um estudo das categorias classes sociais, lutas,

experiências, conflitos, reprodução da força de trabalho, Estado, dentre outros.

A teoria dos novos movimentos sociais parte de explicações voltadas para o âmbito político e para os microprocessos da vida cotidiana, a fim de se observar a política dos novos atores sociais. Aqui as categorias de análise se centram nas discussões sobre cultura, identidade coletiva, interação política, redes sociais e conceitos afins.

A utilização de critério geográfico-espacial na subdivisão dos paradigmas serve mais como um recurso de localização das diferentes correntes dos movimentos sociais, a fim de situá-los diferencialmente, pois, de acordo com a afirmação de Gohn, “não há um conceito sobre movimentos sociais, mas vários, conforme o paradigma utilizado.” (GOHN, 1997:13).

Partindo para uma análise mais próxima à nossa realidade, fez-se necessário uma contextualização dos movimentos sociais na América Latina. A teorização latino-americana, em suas diversas fases, concentrou seus estudos principalmente nos movimentos sociais libertários ou emancipatórios, nas lutas populares urbanas por bens coletivos ou espaço para moradia, e nas lutas pela terra. Todas estas problemáticas foram orientadas quase que praticamente pelo paradigma europeu.

Durante a década de 1970 predominou a vertente marxista, período em que os movimentos se voltaram para as lutas sociais urbanas. Já na década de 1980 predominou a abordagem dos novos movimentos sociais, tratando de questões sobre autonomia e formação de identidades sociais, como grupos de negros, de mulheres, de índios, etc.

Dentro do processo latino-americano, houve uma releitura destas teorias, surgindo uma nova classe de categorias de análise para se estudar os movimentos sociais, englobando o estudo de novos sujeitos históricos, cidadania coletiva, exclusão social, redes de solidariedade, enfim, uma constelação de categorias no intuito de problematizar a situação dos movimentos sociais.

Apesar do surgimento destas categorias de análise, a criação de um paradigma latino-americano encontrou, e ainda encontra dificuldades, devido ao fato de não conseguirem adequar os paradigmas existentes à nossa realidade social. As dúvidas giram em torno das teorias estruturalistas, que procuram analisar as causas e conseqüências dos movimentos na questão das desigualdades sociais; e das teorias interacionistas, que procuram analisar as relações de poder entre os conflitos políticos e as estratégias de mobilização.

Há uma dificuldade também em se situar o terreno ao qual os movimentos sociais se deslocam, já que alguns estudiosos analisam os fatores sociopolíticos destacando o processo de construção político-identitária dos movimentos e sua resistência cultural. Outros enfatizam o aspecto político-econômico nos moldes da análise marxista.

Percebe-se que existe uma tradição que utiliza, na América latina, modelos teóricos europeus e norte-americanos na tentativa de se explicar a realidade dos países da América do Sul. Segundo Gohn (1997),

[...] a teoria sobre a modernização que proliferou nos anos 50 e 60 partia de modelos comparativos entre os processos históricos ocorridos nos países de industrialização avançada e a América Latina. (GOHN, 1997: 212)

Nesse contexto, privilegiavam-se os estudos sobre as elites e os processos de desenvolvimento, dando-se pouca ênfase nos estudos dos grupos populares. Dessa forma, na década de 1970, Cardoso e Falleto (1970) elaboraram a teoria da dependência, no intuito de chamarem a atenção para os diferentes estudos problemáticos existentes na América Latina. Essa teoria surgiu num momento histórico importante: os regimes militares vigoravam em todo o sul do continente

americano. Houve crescimento econômico, porém com repressão das massas populares, que perderam seus direitos políticos e sociais conquistados anteriormente.

É nesse cenário de repressão das camadas populares que surgem os movimentos sociais de resistência e luta pelos direitos dos cidadãos, principalmente os direitos trabalhistas, e também pela redemocratização. Ruth Cardoso chama a atenção para autores que

[...] discutiam como a luta de classes se desdobrava, no mundo contemporâneo, em lutas urbanas e como, na fase atual do capitalismo, as manifestações libertárias (que a esquerda tinha tanta dificuldade em absorver) eram uma nova face do povo, que recusava a disciplina produtiva e reivindicava o direito a uma vida melhor. (CARDOSO, 1983:216).

No Brasil, com a instauração dos regimes militares, era presente tanto essa participação das camadas populares quanto de pesquisadores na luta contra o autoritarismo, surgindo então, uma onda de estudos sobre os movimentos populares com base nos estudos teóricos europeus.

O contato com as teorias européias foi importante na elaboração de categorias de análise necessárias para um estudo do caso brasileiro, sendo que os primeiros estudos sobre os movimentos sociais no Brasil seguiam teorias como a de Borja e Castells, utilizados nas análises dos processos de emancipação social e

libertação das forças sociais dominantes. Estes estudos, feitos na década de 1970, procuram analisar também o populismo e o Estado, além do modelo de desenvolvimento dependente e associado.

De acordo com Ruth Cardoso (1983), a discussão de temas sobre marginalidade e dependência da América Latina teria gerado uma contradição estrutural que levou ao surgimento de movimentos transformadores nos países periféricos. Dessa forma, os anos 70 eram vistos como uma época que trouxe

[...] à cena (pelo menos em alguns países), uma camada popular mais participante. Setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte deste sistema político, embora sua parte mais fraca. (CARDOSO, 1983:216).

Mas a análise desses atores políticos nascidos no âmbito da sociedade civil, vistos como a força transformadora entre o Estado e a sociedade civil, se mostra um tanto equivocada, pois faltou

[...] um mapeamento das diferenças entre os vários movimentos sociais; das condições de sua eficácia e dos contextos políticos nas quais emergem. (GOHN, 1997:19)

Em meados da década de 1970 e início da década de 1980, os estudos se voltaram mais para os movimentos e formas de organização populares na luta

por equipamentos e bens sociais como melhorias na rede elétrica e de esgoto, na construção de creches e escolas e melhoria na educação, além de luta pela moradia. Detecta-se um significativo surgimento de associações de bairros e clubes de mães. Nesse cenário é possível perceber diferentes correntes teóricas e de ação dos movimentos nas diversas regiões brasileiras, sendo que estes contrastes ficam mais evidentes nos casos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Os movimentos sociais foram um dos importantes elementos de transição política nas décadas de 70/80, pois surgiram da desconfiança dos sujeitos sociais em relação ao sistema político vigente, e foram responsáveis pela criação de novos espaços políticos. Através de suas formas de luta e organização, esses movimentos alargaram as fronteiras da política ao buscarem o controle de suas próprias formas de vida ao invés de permanecerem sob o controle das instituições políticas.

Com o fim dos regimes militares em meados da década de 1980, a questão da democratização do poder local e da participação no estabelecimento de políticas públicas passou a fazer parte dos debates e das ações dos novos movimentos sociais. As lutas pela democratização têm como desdobramentos principais, por um lado, a defesa de políticas sociais e de

participação no poder público e, por outro, a questão da justiça social e dos direitos humanos.

No Brasil, muitas conquistas sociais da nova Constituição foram obtidas graças à pressão e apoio dos movimentos sociais. Seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no controle do uso dos recursos públicos e políticas, os movimentos sociais vêm reforçando sua relação com o poder político, passando a atuar para a descentralização do poder e para uma crescente participação da sociedade civil.

A partir da década de 1990, o processo capitalista passou por um período de aceleração da globalização. Os problemas gerados por essa nova configuração acarretaram conseqüências para o cenário da organização da população em geral e também nos movimentos sociais, principalmente nos países do chamado Terceiro Mundo, como o caso brasileiro.

O fim do regime militar e o período da redemocratização, juntamente com o processo de aceleração da globalização, provocaram transformações na política brasileira. Começa a surgir uma análise dos movimentos sociais sob a ótica dos direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados. Na última década, novas formas de auto-organização e de

relacionamento inter-organizacional têm sido propostas pelos atores sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva, o que gerou uma nova reformulação nas propostas dos movimentos sociais.

As experiências de ações coletivas mais recentes, de acordo com Duhran (1994), apontam duas inovações principais: uma quanto ao formato organizacional (redes, parcerias, iniciativas cidadãs, campanhas de solidariedade, etc.); outra quanto ao conteúdo da ação (sentido da cidadania, justiça social, qualidade de vida e questões relacionadas). É nesse contexto que se situa o estudo desta pesquisa, estando seu enfoque voltado para uma análise do *Projeto Capoeira Angola* enquanto movimento social que, ao praticar o exercício da construção da cidadania, cria espaços alternativos de atuação política, social e cultural ao agirem coletivamente no âmbito da sociedade civil.

3.2 – História da Cidadania

Uma das definições clássicas do conceito atual de cidadania no seio das ciências sociais pode ser encontrada no ensaio de T. H. Marshall “Cidadania e Classe Social”. Marshall coloca-se como

desafio refletir sobre as condições de igualdade civil e política em contextos marcados por desigualdade sócio-econômica estrutural – caso das sociedades capitalistas modernas. Trata-se, pois, de uma tentativa de considerar as possibilidades de “participação integral do indivíduo na comunidade política” (SAES, 2003:10) em meio a uma sociedade fundada na reprodução permanente de desigualdades sócio-econômicas.

Vale dizer, Marshall lida com o conceito de cidadania a partir de três dimensões: civil, política e social. Os direitos civis dizem respeito à liberdade individual, os direitos políticos dizem respeito à participação no exercício do poder político e os direitos sociais se referem à segurança e ao bem-estar econômico. De acordo com o autor, nas sociedades feudais, essas três dimensões achavam-se fundidas em uma só. Processos de modernização, que desencadearam a fusão geográfica dos Estados-Nação, implicaram na separação funcional da estrutura de direitos e deveres, tal qual a conhecemos atualmente.

No caso da Inglaterra, os direitos civis surgiram no século XVIII, ao passo que os direitos políticos e os sociais foram institucionalizados respectivamente nos séculos XIX e XX. Conforme tal reconstrução histórica, a ampliação dos direitos civis e dos direitos políticos “foi

uma das principais características do século XIX, embora o princípio de cidadania política universal não tenha sido reconhecido senão em 1918” (MARSHALL, 1967:75). Já os direitos sociais, quase inexistentes naquele momento, surgiram “com o desenvolvimento da educação primária pública, mas não foi senão no século XX que eles atingiram um plano de igualdade com os outros dois elementos da cidadania” (1967:75).

Apesar de terem sido poucos os avanços da cidadania, ao menos no sentido de reduzir efetivamente a desigualdade social, ela ajudou a dar certa direção ao progresso das políticas igualitárias ao longo do século XX. Os instrumentos da democracia moderna foram originariamente aperfeiçoados em benefício das próprias classes ricas; apenas posteriormente tais benefícios viram-se estendidos às classes de baixa renda, como resultado de lutas e conflitos sociais. Não se pode esquecer que, paralelamente a esses avanços, surgiu um sentimento nacionalista que permeou as diferentes classes sociais que, por sua vez, ensejou o desejo por maior participação na vida política dos países.

Mas isso não significa que tal “despertar político” da população tenha colocado em xeque a estrutura de classes das diferentes sociedades capitalistas – a

despeito de, em algumas delas, ter-se conseguido amenizar as desigualdades em graus consideráveis.

Além disso, deve ser lembrado que até o século XIX, o desenvolvimento da cidadania tivera pouca influência sobre a desigualdade social. Segundo Marshall:

[...] iniciou-se um novo período no final do século XIX, que assistiu ao primeiro grande avanço no campo dos direitos sociais, e isto acarretou mudanças significativas no princípio igualitário como expresso na cidadania. (MARSHALL, 1967: 88).

A partir de então, o Estado passou a garantir um mínimo de certos bens e serviços essenciais que tinha por intuito diminuir as desigualdades sociais. A manutenção de um equilíbrio razoável entre os elementos coletivos e individuais dos direitos sociais é de importância vital para o Estado democrático.

Desta forma, o que se percebe é que Marshall fez uma sintetização de como teoricamente se pode concretizar a participação de todos os indivíduos na comunidade. Esses modos corporificam os direitos, os quais o Estado reconhece a todos os indivíduos, sendo esses direitos correspondentes às obrigações que o Estado tem, ou seja, os deveres.

Algo diferente deu-se com o processo de construção da cidadania no Brasil. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (2002), a

institucionalização de cada uma daquelas três dimensões a que se referiu Marshall (direitos civis, políticos e sociais) ocorreu de maneira diversa àquela experimentada pela Inglaterra.

Enquanto no caso inglês pôde-se observar um conjunto de lutas populares, envolvendo setores cada vez mais amplos, em direção a conquistas que se materializaram na institucionalização de direitos, o caso brasileiro parece ter-se dado “de cima para baixo”, ou seja, a partir de interesses particulares “encastelados” no aparelho do Estado.

Dessa forma, o problema central colocado por Carvalho (2002) seria o de que, tendo em vista o fato do processo histórico de implantação da cidadania no Brasil não ter seguido a mesma lógica que na Inglaterra, observa-se uma maior dificuldade de internalização de demandas populares na estrutura normativa. A partir dessa premissa, o autor argumenta que no Brasil, a pirâmide dos direitos foi invertida: a dimensão social da cidadania precedeu as dimensões civil e política de forma tal que aqueles “encastelados” no Estado tenderam a aparecer como “doadores” de direitos sociais e, em última instância, do *status* de cidadão.

Assim, parece ter ocorrido no Brasil uma construção da cidadania às avessas do cenário descrito por Marshall. Aqui, observa-se um padrão de “Estado

clientelista”, e uma limitada (ou às vezes até mesmo inexistente) participação das massas na política nacional. O que se percebe é que, desde sua independência, o que ocorreu no Brasil foram idas e vindas dos direitos.

Mesmo após 1985, com a queda do regime militar, a recuperação dos direitos estabelecidos antes do autoritarismo e a constituição de 1988, grande parte da população continuou sem acesso a direitos formalmente instituídos e, conseqüentemente, sem a possibilidade de exercer seu *status* de cidadão na prática.

Nesse sentido, percebe-se que as diferenças do Brasil em relação ao caso inglês não se limitam a uma mera questão cronológica. Trata-se também da forma peculiar com que os direitos têm sido introduzidos ou suprimidos do tecido normativo brasileiro: mesmo tendo-se formalmente completado o ciclo de institucionalização de direitos e deveres, na prática, a cidadania não consegue atingir vastas partes da população.

Essa configuração é agravada no contexto atual, em que a globalização parece reduzir o poder do Estado – que é precisamente o promotor dos direitos do cidadão no Brasil.

3.3 – A Cidadania NO Brasil: uma Questão Democrática

Para se ter um melhor conhecimento do processo de surgimento da cidadania no Brasil, parece relevante fazer uma breve análise sobre a democracia e desenvolvimento político e econômico no Brasil. Seguindo a sugestão de Decio Saes no seu livro *República do Capital* (2001) de que se deve começar uma análise do Estado brasileiro “pelo desenvolvimento do conteúdo da estrutura jurídico-política prevalecente na formação social em estudo” (p.10), é possível perceber que o processo político brasileiro atual remonta de duas correntes sucessivas.

A primeira corrente política teria predominado no período colonial, e se caracterizou pelo processo escravista moderno, em que as relações senhor - escravo eram servis. Com o fim da escravidão e a instauração da República, sucede ao processo escravista uma corrente política capitalista nas suas mais variadas fases, culminando na fase neoliberal, presente na atualidade por quase todo o planeta.

Essa estrutura política capitalista vem sendo caracterizada, no contexto brasileiro, como uma política burguesa. Essa denominação, trabalhada por Saes (2001), diz respeito à predominância da

classe burguesa no sistema político capitalista e no aparelho de Estado, ou chamado “Estado-burguês”. Assim, desde a proclamação da República, vigoraria no Brasil a forma burguesa de Estado, estando a burguesia presente nos mais variados períodos políticos brasileiros, em suas diferentes formas.

No período republicano, o Estado já se apresentava como uma democracia, através da existência do funcionamento do Parlamento e a realização de eleições para os poderes Executivo e Legislativo. Mas era um Estado que atuava de forma democrática limitada, visto que não havia alternância partidária já que o poder era controlado por um único partido, o Partido Republicano.

Esse período da Primeira República Brasileira (1889-1930) ficou conhecido como “democracia oligárquica”. Nesse contexto, a questão da cidadania se mostra bastante precária, porquanto havia a possibilidade de vislumbrar uma brecha de direitos civis com o fim da escravidão, era apenas na lei, visto que os ex-escravos não conseguiam exercer suas plenas liberdades civis.

No que diz respeito aos direitos políticos, estes eram vedados às mulheres e analfabetos, assim como aos ex-escravos, que não podiam votar. A participação na política nacional era limitada à elite burguesa formada de pequenos grupos que

concentravam o poder em suas mãos, em detrimento das massas populares.

Apesar de a Primeira República se tratar de um sistema de democracia, esta não atrelava a cidadania plena a seus cidadãos. Carvalho (2002) caracteriza esse período como a “cidadania em negativo” tendo em vista que até a década de 1930, o povo não tinha lugar no sistema político vigente.

Com a queda da Primeira República, pode-se dizer que houve um avanço do ajuste da cidadania ao sistema político. De acordo com Carvalho (2002), os direitos civis aqui levaram uma vantagem, com a criação do Ministério do Trabalho e das leis trabalhistas. Mas não causaram grande impacto na sociedade por terem sido doados por um governo elitista/clientelista e também pelo fato de os direitos políticos e civis não terem alcançado praticamente nenhum avanço.

A partir de 1945, há uma melhoria no processo de introdução dos direitos políticos com a instauração de mais partidos políticos, mas de contrapartida há uma desaceleração dos direitos sociais. O que ocorre é que, com o processo de industrialização acelerada no Brasil durante o período 1945-1964, o posicionamento das massas urbanas contribuiu para o estabelecimento do populismo, ficando este período conhecido

como democracia populista. De acordo com Saes,

[...] na democracia de 1945-1964, à falta de um autêntico partido trabalhista de massa, as classes trabalhadoras urbanas serão politicamente controladas pelo Estado (...). (SAES, 2001:121).

Murilo de Carvalho (2002) também chama a atenção para o fato de, no período populista, o início da construção da cidadania se faz de “cima para baixo”, ou seja, o governo, comandado pela elite burguesa, doa os direitos de cidadania à população de acordo com seus interesses. Aqui o povo não participa diretamente da democracia, mas se insere nela ao apoiar os líderes fortes e populistas, a exemplo do governo Vargas. Segundo Carvalho,

[...] o populismo, no Brasil (...) implicava uma relação ambígua entre os cidadãos e o governo. Havia um avanço na cidadania, na medida em que trazia as massas para a política. Mas, em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído. (CARVALHO, 2002:216).

Outro ponto que se deve observar sobre a lenta implantação da cidadania plena no processo democrático brasileiro diz respeito à instabilidade da democracia no Brasil desde o início da Primeira República. Pode-se dizer que o processo político no Brasil foi permeado por uma

sucessão de sub-períodos políticos democráticos e autocráticos.

Assim, em 1964, os direitos civis, políticos e sociais que estavam ainda que de forma precária, instaurados no regime democrático brasileiro, foram novamente sufocados pela repressão imposta pela ditadura militar. Durante o período autoritário houve retrocessos e avanços da cidadania, mas de forma incipiente.³

Com o fim do regime militar, se inicia, em 1985 o período da redemocratização no Brasil. Carvalho (2002) salienta que

[...] a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual. (CARVALHO, 2002:199)

De acordo com Saes, o período da redemocratização até a atualidade representa ainda uma democracia limitada. Algumas imposições das Forças Armadas ao aparelho de Estado brasileiro, a forte presença do Executivo perante os outros poderes e a falta de disputas pluripartidaristas fortes apresenta-se como

³ No período militar, durante a década de 1970, surge a primeira manifestação forte e organizada da população fazendo reivindicações: trata-se de movimentos sociais, associações de bairro e clubes de mães que lutam por melhorias urbanas, como saneamento básico, escolas, etc.

[...] uma experiência democrática que se revela pouco desenvolvida quando comparada com o padrão democrático vigente nos países capitalistas centrais. (SAES, 2001:128).

O processo de redemocratização no Brasil em fins da década de 1980 e início da década de 1990 não marca apenas o fim da ditadura, com a reinstauração da democracia. Marca também uma passagem da economia brasileira para o processo de economia capitalista neoliberal que impera por praticamente todo o planeta na atualidade. Essa fase, mais conhecida como a era da globalização caracteriza a economia brasileira como monopolista e dependente. Esse novo processo acarreta mudanças também no plano político.

A democracia brasileira ainda não atende totalmente os interesses e necessidades da sociedade em geral, a qual, apesar de poder exercer seus direitos políticos e terem conquistados alguns de seus direitos civis e sociais, não vê todos os seus direitos sendo exercidos, na prática, de forma igual a todas as classes sociais. Ou seja, a cidadania no Brasil não é exercida de forma plena, já que as massas populares não têm acesso a vários de seus direitos de cidadãos.

Saes denomina o modelo político e capitalista atual como uma “democracia representativa”, a qual a contrapõe com um modelo de democracia política

qualitativamente diverso que possibilitaria uma maior participação da sociedade civil no âmbito da política: a denominada “democracia participativa”. Esse processo ocorreria da seguinte forma:

[...] uma vez instaurado o Estado burguês (primeiro momento) e o regime político democrático (segundo momento), as classes trabalhadoras deflagrariam, num terceiro momento histórico – o século XX - um segundo ciclo de democratização das instituições da sociedade burguesa. (SAES, 2006:45)

Mas a emergência das lutas de classes trabalhadoras, ao invés de introduzirem no Estado burguês a democracia participativa, teve como efeito a implantação da democracia representativa feita pelas classes dominantes.

A emergência de lutas pela democracia por parte da sociedade civil nas décadas de 1970/1980 procurou implantar no Estado Brasileiro uma democracia participativa, ou como Saes define,

[...] um mecanismo democrático específico: a representação dos indivíduos no Estado (no plano do regime político), a participação do povo na gestão administrativa (no plano das micro-instituições sociais). (2006:46.)

Mas no processo de redemocratização brasileira, o Estado, sob comando da Elite burguesa, optou por implantar a “democracia representativa”

em que “os gestores são livremente escolhidos pela comunidade. Nada cedem, porém de sua capacidade de gestores, à comunidade.” (Ibid:47). Assim, no contexto de um Estado político brasileiro burguês, e de uma economia capitalista, continua havendo discordâncias entre a sociedade civil e o Estado, e um questionamento, por parte da sociedade, em ter sua cidadania reconhecida. Saes (2001) chama a atenção para uma das causas das discordâncias a respeito das garantias e acessos dos direitos de cidadania entre o Estado e a sociedade civil, a saber que, enquanto há um processo dinâmico e progressivo da luta das classes dominadas em terem acesso aos seus direitos, as classes dominantes e a burocracia estatal reagem de forma regressiva e estagnacionista.

No período atual, os sujeitos da sociedade têm procurado agir de forma mais autônoma na resolução de seus problemas sociais ao trabalharem em grupo. Esses grupos, denominados por alguns teóricos como os novos movimentos sociais, procuram agir como alternativa para a intermediação dos interesses na formação de consensos no nível da esfera pública.

Dessa forma, ao estudar o *Projeto Capoeira Angola*, esta pesquisa tem por objetivo estudar os movimentos sociais enquanto grupos que enfocam suas

atividades nas práticas sociais, sendo estas exercidas por agentes sociais que buscam a construção e ampliação do exercício da cidadania.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 – Os Novos Movimentos Sociais: Direitos e Inclusão

Existem no Brasil, movimentos sociais de diferentes tipos e de indubitável importância política, mas que apresentam dificuldades em suas interpretações. Essas dificuldades estão no fato desses “novos” movimentos sociais não se encaixarem nas formas esperadas pelos estudiosos de como deveria ocorrer a transformação política da sociedade brasileira.

Têm sido utilizados, mais recentemente, dois modos distintos de interpretação: os de cunho sociológico e político com ação partidária em sua relação com o Estado; e os de cunho antropológico, que se preocupam mais com o seu significado para seus participantes. De acordo com Eunice Durham,

[...] a mobilização crescente da sociedade que parece caracterizar o momento atual, se dá tanto pela criação de novas formas de atuação quanto pelo fortalecimento daqueles anteriormente existentes. (DURHAM, 1984:25)

Os movimentos sociais que surgiram a partir do início da década de 1990 podem ser analisados como uma luta pelo exercício da cidadania, como o acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a transformação de necessidades e carências em direitos pelos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição dos espaços da cidadania.

Até recentemente, os direitos que constam nas leis brasileiras só valiam para uma minoria, excluindo a grande massa populacional. Mas verifica-se agora a ocorrência de um novo processo de construção coletiva de um conjunto de direitos que está sendo realizado pelos movimentos sociais.

Essa construção coletiva ocorre a partir do agrupamento de diversos sujeitos sociais que vêm buscando respostas para os novos processos sociais que emergiram nos últimos anos. Aqui, os movimentos sociais aparecem vinculados à tematização pública daquilo que Sergio Costa chamou de “‘situações-problema’ emergentes nas esferas privadas, assegurando que estas sejam reconhecidas e assimiladas pelo sistema político-administrativo” (COSTA, 1994:38).

O papel das associações coletivas se constitui, portanto, como alternativa na intermediação dos interesses na formação

de consensos no nível da esfera pública. De acordo com Ilse Scherer-Warren, os movimentos sociais podem ser vistos como “formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos”. (SCHERER-WARREN, 1999:14). Sendo que essas formas de ação podem aparecer com uma dimensão contestadora, propositiva ou solidária.

Os movimentos sociais recentes, alcunhados por alguns pesquisadores de “novos movimentos sociais” (DURHAM, 1994; GOHN, 1997; SCHERER-WARREN, 1999) representam

[...] um conjunto mais abrangente de práticas sócio-políticas culturais que visam à realização de um projeto de mudança (social, sistêmicas ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. (SCHERER-WARREN, 1999:15-16)

Para se entender melhor o papel dos movimentos sociais como uma ação coletiva, é importante analisar a questão do relacionamento da sociedade civil com o Estado. De acordo com Scherer-Warren (1999), na América Latina tem sido trabalhado o conceito de sociedade civil para a realidade local elaborado por Cohen e Arato no início da década de 1990. Esse conceito, derivado da teoria da ação comunicativa de Habermas, trata a realidade social como o local em que se desenvolvem a racionalidade instrumental

e a racionalidade comunicativa. Seguindo esse raciocínio, a sociedade civil

[...] é o espaço social onde nascem e se organizam associações voluntárias (autônomas em relação ao mercado e ao Estado), chamadas de movimentos sociais ou populares, ONGs, grupos de mútua-ajuda, entidades filantrópicas, e outras semelhantes. (SHERER-WARREN, 1999:43)

O surgimento de um grande número de movimentos sociais preocupados com a resolução de questões como a exclusão social e a construção e ampliação de uma cidadania plena a todos é significativo no processo em que a sociedade civil procura se inserir no âmbito da esfera política, buscando o fortalecimento da sociedade civil por meio do desenvolvimento de relações democráticas, que respeitem a diversidade e o pluralismo existentes no âmbito da esfera pública.

Nesse sentido, o estudo do *Projeto Capoeira Angola*, proposto nesta pesquisa, se mostrou como uma forma de analisar as relações entre a sociedade civil e a esfera política, através das parcerias feitas entre o grupo e os órgãos federais, estaduais ou municipais na realização dos projetos.

Nosso intuito aqui foi verificar até que ponto essas parcerias promovem uma maior inclusão social dos participantes dos projetos, analisando ainda as dificuldades

encontradas e resultados obtidos pelo grupo durante o andamento dos projetos.

4.2 O Formato dos Novos Movimentos Sociais

Ao iniciar esta pesquisa, trabalhando o grupo de capoeira como um movimento social, uma das grandes dificuldades encontradas estava em caracterizar em que tipo de movimento social o grupo se encaixava. A extensa literatura a respeito dos movimentos sociais, os diferentes tipos de construções coletivas que podem ser caracterizados como movimentos se mostravam como um desafio ao tentar encontrar uma conceitualização específica ao qual o perfil do grupo se encaixasse, de forma que não se perdesse de vista os elementos relacionados ao contexto político e sócio-cultural no qual o grupo está inserido.

Considerando-se o período histórico, as demandas sociais e a relação entre a sociedade civil e o Estado nas diversas fases por que passaram os movimentos, torna-se importante traçar um perfil social, cultural, político e histórico dos chamados novos movimentos sociais, que vem se destacando no tecido social brasileiro a partir da década de 1990. As principais características destes movimentos, como veremos em seguida,

apresentam bastante afinidade com o perfil do grupo de capoeira angola aqui estudado.

Uma das principais dificuldades em teorizar o que sejam estes novos movimentos ou o que eles apresentam de novos, não está somente no fato de existirem uma infinita diversidade de grupos e idéias que se caracterizam como movimentos, mas também em algo importante para o qual Tilman Evers chama a atenção:

Não é apenas que a realidade esteja mudando: ela está fugindo a nossos modos de percepção e a nossos instrumentos de interpretação. (EVERS, 1984:11)

Para o autor, o problema está em encaixar a realidade social dos “novos” movimentos sociais em categorias já existentes, havendo portanto a necessidade de serem criadas novas categorias de análise, ou atualizar os conceitos envolvidos nas categorias existentes. Muitos estudos já foram desenvolvidos nesse sentido desde meados da década de 1980 até o período atual, mas algumas das colocações de Evers (1984) são ainda pertinentes por trabalhar a problemática dos movimentos sociais em quatro teses bastante esclarecedoras a respeito do assunto, dos quais serão expostos alguns pontos e colocados alguns questionamentos.

Uma das principais idéias de Evers é a de que “o potencial transformador dos novos movimentos sociais não é político, mas sócio-cultural” (1984:14). No contexto de estudo desta pesquisa, essa idéia vai ao encontro do conceito de movimentos sociais aqui utilizado, que é a de grupos que enfocam suas atividades nas práticas sociais exercidas por atores sociais coletivos que buscam a construção do exercício da cidadania na sociedade civil, através da ampliação dos direitos de cidadania.

A tese de Evers (1984) mostra em parte a grande diferença entre os movimentos populares da década de 1970 e início da década de 1980 com o período atual. Os movimentos populares dessa época eram vistos como uma promessa de reconstrução política para o futuro. A não concretização de tal previsão fez os movimentos caírem em descrédito, havendo até pesquisadores que decretassem o fim destes movimentos.

Essa análise se mostra problemática pelo fato de os autores da época estudarem as formas de ação dos movimentos somente pelo viés político, creditando neles ainda o papel de principais agentes de mudanças no cenário político do país. De acordo com Gohn,

Havia também um grande entusiasmo por parte dos pesquisadores da temática na época pelo caráter inovador daquelas ações, de forma que este entusiasmo confundiu por vezes a questão do novo com a novidade que os movimentos traziam a tona. Isto fez com que alguns pesquisadores exaltassem as novas práticas em termos de ações pioneiras, como se nunca antes houvessem ocorrido (GOHN, 1997:281).

O fim do autoritarismo, no entanto, provocou uma mudança na forma de analisar o caráter desses movimentos, e a não concretização das mudanças políticas a qual se achava que os movimentos provocariam, fez com que os mesmos fossem vistos como algo acabado e sem futuro na sociedade. Na verdade o foco de ação dos movimentos adquiriu um caráter mais sócio-cultural (não significando que tenha perdido sua ação política).

No contexto do autoritarismo, período em que os direitos políticos foram vetados à população, os focos dos pesquisadores se voltaram principalmente para os movimentos de ação política promovidos pelos trabalhadores. Com isso, muitas vezes deixou-se de levar em conta a importância da ação não somente política, mas também social dos movimentos de bairro e associações, que lutavam por melhorias habitacionais, na educação e saúde.

As mudanças políticas ocorridas na década de 80 fizeram emergir uma nova concepção acerca das práticas dos movimentos sociais. Os pesquisadores

começaram a atentar para o fato de que muitos movimentos dirigiam suas demandas tanto para o campo dos direitos sociais tradicionais, como o “direito à vida com reivindicações de alimento, abrigo e outras condições básicas para a sobrevivência elementar do ser humano (GOHN, 1997:283); como para os direitos sociais modernos, presentes nas demandas dos direitos ecológicos, de negros, de mulheres, “que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos de raça, gênero e sexo” (Ibidem).

Aqui se percebe a preocupação em se debater sobre problemas a respeito de uma maior conquista dos direitos sociais e não somente dos direitos políticos. A mudança no foco das discussões sobre as interpretações dos movimentos sociais decorre de três fatores:

[...] primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. (GOHN, 1997:243)

O período do pós-85 é carregado de mudanças políticas e econômicas no cenário brasileiro, acompanhando esse processo, há uma desaceleração dos movimentos político-militantes e a emergência de uma nova fase dos movimentos que passam a focar suas ações

para as problemáticas sociais modernas: questões voltadas à temática da inclusão social, cidadania, meio ambiente, relações de gênero e raça, enfim, uma série de questões relacionadas aos direitos sociais.

As práticas voltadas às questões dos direitos sociais por parte dos movimentos sociais se apresentam com um formato diferente dos movimentos sindicais-partidaristas, que eram institucionalizados e de ações mais politizadas. Os novos movimentos apresentam um caráter mais sócio-cultural, o que não significa que tenham abandonado o aspecto político. O que ocorre é uma expansão do sentido das lutas, uma maior abrangência dos problemas trabalhados pelas coletividades.

Os movimentos sociais começam a apresentar um caráter multidimensional, tentando trabalhar na resolução de diversas problemáticas existentes na sociedade, como as questões de desigualdades sociais ou discussões ambientais. Estes movimentos, apesar de se voltarem para questões mais sócio-culturais, nunca deixaram de ser, em sua essência, movimentos sócio-políticos. O que ocorreu foi o surgimento de uma série de mudanças características na sua forma de agir coletivamente, como Evers destaca:

[...] um número relativamente baixo de participantes; estruturas não-burocráticas e até informais; formas coletivas de tomada de decisões; distanciamento social relativamente pequeno entre liderança e demais participantes; modos pouco teóricos e imediatos de perceber e colocar os objetivos do movimento, etc. Muitos destes grupos estão diretamente envolvidos em atividades culturais (no sentido mais amplo); outros lançam mão da música, teatro, dança, poesia e outras manifestações culturais para divulgar seus objetivos.” (EVERS, 1984:15)

A sociedade frente ao Estado apresenta-se aqui como uma forma de sociabilidade regida por critérios distintos de identidade, capazes de engendrar ações dotadas de sentido político. Pode-se dizer que os novos movimentos procuram resgatar das teias da política fragmentos de uma vida social significativa, através de sua organização em grupos que agem coletivamente dentro da própria sociedade.

Assim, as ações destes movimentos se estruturam a partir da tentativa de resolução de problemas vivenciados pelo grupo na sociedade. O desenvolvimento do grupo está ligado principalmente a um interesse comum entre seus membros, criando no grupo uma identidade coletiva.

A presença de uma identidade coletiva é muito importante na questão da formação do processo interativo do movimento. Essa identidade se forma a partir de um referencial contido nas práticas e projetos do grupo. Muito mais que uma categoria cultural, a existência de uma identidade coletiva pode gerar uma

maior articulação entre o grupo, unindo seus membros num processo interativo. No caso do grupo aqui estudado, pode-se dizer que são os elementos da capoeira que formam a sua identidade coletiva.

Outro aspecto característico dos novos movimentos sociais é o princípio da solidariedade, cuja construção se dá a partir do compartilhamento dos valores culturais e políticos do grupo nos espaços coletivos das relações sociais cotidianas. Para Evers a inovação destes movimentos se encontra no potencial de criação e transformação dessas relações que ocorrem nos subterrâneos das estruturas de poder. Ao criarem

[...] espaços de relações mais solidárias, de consciência menos dirigida pelo mercado, de manifestações culturais menos alienadas ou de valores e crenças básicas diferentes, estes movimentos representam uma constante dose de elemento estranho dentro do corpo social do capitalismo periférico (EVERS, 1984:15).

De acordo com Gohn (1997), o princípio da solidariedade presente nos movimentos não significa que eles sejam homogêneos, sendo a presença de conflitos bastante constante no âmbito do grupo. Mas é a partir da solidariedade que o movimento tem a possibilidade de se apresentar no espaço público com discursos e práticas capazes de criar uma visão de totalidade e unidade de

representação e transformação da sociedade.

A solidariedade é o princípio que costura as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro - não-movimento - seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças internas, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. (GOHN,1997:253)

Apesar de agirem com um potencial mais sócio-cultural, os movimentos não deixam de ter um caráter político, já que o que eles estão questionando ao agirem coletivamente na sociedade civil não é a forma abstrata de poder presente no processo capitalista, mas a situação central das formas de poder específicas nas sociedade capitalista. Pode-se dizer que estes tipos de movimentos nos levam a pensar as possibilidades de formas democráticas e os limites existentes no sistema capitalista, e como eles reivindicam seus direitos perante o Estado. Essa discussão é importante no que diz respeito às ações desses novos movimentos sociais e será analisada mais detalhadamente a seguir.

4.3 Jogando e Lutando pela Cidadania

Uma das concepções clássicas a respeito da institucionalização da

cidadania foi escrita por Marshall em finais da década de 1940. O autor procurou sintetizar teoricamente o processo de concretização da participação dos indivíduos na comunidade política a partir das dimensões civil, política e social, que seriam os três pilares constituintes dos direitos da cidadania.

De acordo com Saes, essa sintetização apresenta algumas falhas pois, no processo de evolução da cidadania, Marshall não considerou suficientemente o papel determinante das classes trabalhadoras e das lutas populares nesse processo. Isso não quer dizer que este autor tenha ignorado a existência de lutas populares por conquista de direitos, o que ocorre no modelo proposto por Marshall é que ele

[...] não dispõe de um esquema teórico preciso que defina os papéis respectivos das classes trabalhadoras, das classes dominantes e da burocracia do Estado no conjunto do processo de criação de qualquer novo direito (SAES; 2003:12).

Apesar da importância do texto de Marshall, há uma deficiência teórica no que diz respeito à questão da relação entre as classes populares, as classes dominantes e o Estado, para que se possa entender melhor o desenvolvimento do capitalismo e da evolução da cidadania nesse contexto. Esse seria um ponto fundamental que tentou-se focar na análise desta

pesquisa, visto que o que está sendo estudado é o papel dos novos movimentos sociais na construção e ampliação da cidadania na sociedade civil a partir da década de 1990, período no qual o capitalismo vive sua fase neoliberal, conhecida como globalização. O papel desses movimentos frente às classes dominantes e ao Estado é relevante pelo fato de que

[...] na realidade histórica, só a postura das classes trabalhadoras diante da cidadania tende, de modo geral, a ser dinâmica e progressiva, enquanto a postura das classes dominantes (bem como do topo burocrático) tende no mínimo a ser estagnacionista, podendo no máximo ser regressiva (SAES; 2003: 17).

Na teorização construída por Marshall, parte-se da instauração dos direitos civis para só depois surgirem os direitos políticos e sociais. Uma falha na teoria marshalliana, apontada por Saes (2003) decorre do fato de que não há participação integral do indivíduo na sociedade capitalista. O que se percebe é uma participação mínima da população no processo político, que ocorre num contexto de apatia reinante da maioria social.

No processo de desenvolvimento do capitalismo, o que se percebe é que os direitos civis aparecem como necessários e os direitos políticos e sociais como contingentes. O capitalismo, para desenvolver a relação entre capital e

trabalho assalariado só pode ocorrer a partir do momento em que se formalizaram os direitos civis, os quais correspondem aos direitos de ir e vir, celebrar contratos e possuir propriedades.

Os direitos civis seriam necessários no sentido de serem determinantes para a reprodução do capitalismo. Já os direitos políticos e sociais seriam contingentes no sentido de que podem ou não se concretizarem. Essa forma de analisar a instauração dos direitos, típica da forma capitalista, retrata a dinâmica da evolução da cidadania a partir do século XVII até a atualidade. Ou seja, com o surgimento do modelo capitalista no século XVII,

[...] a instauração das liberdades civis se configura como um fenômeno essencial e necessário à reprodução do capitalismo. Já a participação do povo no poder político e o acesso do povo ao bem-estar material seriam ideais que poderiam ou não se concretizar nas sociedades capitalistas. (SAES, 2003:21-22)

Dessa forma, percebe-se que a participação política integral dos indivíduos na comunidade não ocorre no capitalismo. Para Saes, essa é a questão crucial que não foi tratada por Marshall. Além disso, partindo-se para uma análise da evolução da cidadania no contexto brasileiro, esta aparece de maneira distinta daquela descrita por Marshall. Isso se deve ao fato de que a implantação dos direitos não tem de ser (e não é) igual em todas as

sociedades. Além disso, a instauração dos direitos apresenta um caráter de reversibilidade que pode ser percebido em diferentes fases históricas de diversas sociedades capitalistas.

No caso brasileiro, como retratou Carvalho (2002), os direitos sociais precederam os direitos civis e políticos, sendo que todos eles “surgiram” no contexto político-social brasileiro como se tivessem sido “doados” pelo Estado, de forma que as experiências populares aparecessem camufladas. Assim, desde a constituição da República, o cenário político-social brasileiro passou por oscilações das conquistas e realizações limitadas dos direitos, conforme já citado anteriormente.

Saes atenta para o detalhe de que o processo de oscilação dos direitos no contexto brasileiro, decorrentes do caráter das relações entre o Estado burguês e as massas populares, se dá pela forma de agir dinâmica e expansiva na luta pela criação de direitos pelas massas populares através dos movimentos; em oposição à postura regressiva e estagnacionista diante da criação de direitos por parte das classes dominantes nas resoluções das questões sociais.

A partir desses fatos, torna-se possível fazer uma discussão da construção da cidadania a partir da década de 1990, centrando principalmente na

questão da relação entre a sociedade civil e os movimentos sociais com o Estado na constituição dos direitos que compõem a cidadania.

Nas últimas décadas, o cenário político brasileiro foi alvo de manifestações por parte da sociedade civil na luta por direitos políticos, civis e sociais. As reivindicações por fazerem valer seus direitos de cidadania ocorreram com maior intensidade em dois momentos. Primeiro, durante o período do autoritarismo, em que predominavam os regimes militares, responsáveis pela retração dos direitos políticos e civis. Um segundo momento de reivindicações ocorreu após o fim das ditaduras, fase em que ocorreram diversas manifestações pela (re) democratização, visando a retomada dos direitos políticos e civis, e a defesa dos direitos sociais no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as temáticas ambientais e de exclusão social.

A partir da década de 1990, o enfoque dos movimentos sociais se voltou principalmente para a defesa dos chamados direitos de terceira geração. Aqui estão incluídos as preocupações principalmente com as questões ecológicas, de gênero e étnicas. Exemplos de questionamento dessas temáticas resultaram na Eco-92 e programas de proteção às mulheres.

Na fase atual, há uma mudança nas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil. Se no período ditatorial a sociedade aparecia como em oposição ao Estado, no período da pós-redemocratização a sociedade civil parece ter procurado agir coletivamente dentro do próprio espaço público, promovendo ações que visem uma maior inclusão social e ampliação dos direitos da cidadania, de forma relativamente autônoma.

Evidentemente, não podemos deixar de atentar para o papel do Estado e sua atuação nas questões democráticas - ao permitir a ampliação do processo democrático ou bloqueando tal processo e permitir o funcionamento de uma democracia limitada (democracia representativa). O que se está analisando seria a forma que a sociedade civil vem procurando agir, ou seja, não apenas reivindicando direitos ao Estado, mas exercendo maior pressão sobre o mesmo e as classes dominantes para que sejam atendidas as reivindicações, ou ainda como se colocam as relações na resolução de políticas públicas entre ambos.

Apesar da extensa literatura apontando o Estado como cooptador das forças sociais, e que ainda acontece de forma arraigada no cenário brasileiro, há um outro viés que pode ser pensado na relação entre sociedade civil e Estado, de forma a atenuar problemas relacionados

com a exclusão social, econômica e cultural. Assim,

[...] esse conjunto de valores e formas de atuação abertas ao pluralismo, criam um campo político e ético apropriado para a articulação de forças sociais múltiplas e diversificadas, permitindo, assim, a formação de redes de parcerias no plano da esfera pública. (SHERER-WARREN, 1999:62).

Dessa forma, se no período ditatorial os movimentos sociais atuavam à revelia do Estado, no período do pós-85 essa formas de organização procuraram trabalhar suas formas de reivindicação com o Estado, principalmente os governos locais, agindo, com certa autonomia, no intuito de não perderem sua formação identitária. É nesse contexto que se insere o estudo do *Projeto Capoeira Angola* nesta pesquisa.

O *Projeto Capoeira Angola* foi uma denominação utilizada nessa pesquisa para caracterizar os projetos desenvolvidos pelo grupo de capoeira angola Malta Nagoa, da cidade de Uberlândia. O grupo existe na cidade desde 1996, sendo que o *Projeto Capoeira Angola* surgiu em 2004, com as atividades voluntárias realizadas pelo grupo numa quadra comunitária do bairro São Gabriel. Os principais objetivos presentes na realização do projeto são promover o resgate da cultura negra através do ensino dos elementos presentes na capoeira angola, e a inclusão social de

jovens, principalmente, através de práticas educativas.

A escolha do grupo como objeto de estudo surgiu pelo encaixe dos projetos do grupo com a hipótese que esta pesquisa veio propondo sobre a formação de grupos na sociedade civil que promovem ações coletivas dentro do próprio espaço social que vivem, com o intuito de promover a construção e ampliação da cidadania. Dentre as principais temáticas trabalhadas pelos movimentos sociais, temos verificado que o grupo tem procurado direcionar suas atividades a questões relacionadas à inclusão social e resgate da cultura negra.

Dessa forma, consideramos que as atividades do grupo se mostraram, de alguma maneira, compatíveis com o que foi analisado no corpo teórico deste trabalho a respeito dos denominados novos movimentos sociais. Nesse sentido, o grupo se encaixou na pesquisa como uma forma de analisar na prática a ocorrência na contribuição da construção da cidadania pelos movimentos no âmbito da sociedade civil.

Desde a sua formação, diversos indivíduos fizeram parte do grupo, mas uma grande parte participava apenas das aulas de treinos da capoeira, e o faziam principalmente como uma atividade física, já que o grupo possui um projeto de extensão da UFU, que possibilita aos

universitários e membros de fora dela praticarem a capoeira angola. O *Projeto Capoeira Angola* é formado por um pequeno grupo de indivíduos que praticam a capoeira desde o início da formação do grupo em 1996.

E, por se tratar de um grupo pequeno, não há uma estrutura burocrática predominante, sendo que tanto nas reuniões para decidirem sobre as diretrizes dos projetos, quanto no desenvolvimento das atividades; todos teriam participação e responsabilidades iguais nas decisões, votações e realizações dos projetos. Essa baixa institucionalização do grupo também é tida como uma característica desse tipo de movimento social, como descreve Durham (1984). Esse tipo de movimento coloca-se como um modelo diferente ao modelo formal. No modelo formal há a formação de uma diretoria executiva através de eleição, como as associações de moradores, por exemplo. O modelo que Durham descreve como “comunitário”, como o grupo de capoeira aqui citado, por exemplo,

É aquele que evita a institucionalização de representação e exige uma participação permanente de todos, tanto no processo de tomada de decisão como na própria execução” (DURHAM, 1984:27).

As atividades voluntárias se iniciaram em 2004 e sempre foram

realizadas por um número limitado de participantes, que apoiavam essa iniciativa dos membros que iniciaram a capoeira angola na cidade de Uberlândia.

Atualmente os trabalhos são realizados por um grupo constituído de mais ou menos 10 integrantes. Na maioria dos projetos há o desenvolvimento de atividades artísticas e educativas, como o aprendizado da utilização de programas de informática, aulas de história, oficinas de construção de bonecos e instrumentos musicais (estes utilizados nas aulas de musicalização), entre outras atividades.

O grupo possui uma formação identitária fortemente ligada à cultura negra, através da capoeira angola. Pode-se dizer que a capoeira seria o laço solidário que liga as diferenças entre os membros do grupo, o qual se apresenta como uma forma de trabalhar os objetivos e propósitos do grupo ao público-alvo.

Parte dos projetos que o grupo desenvolveu ou desenvolve foi realizado com recursos advindos de órgãos públicos, como a prefeitura de Uberlândia, a Universidade Federal de Uberlândia e o Ministério da Cultura. A conquista dos recursos para os projetos via processos seletivos promovidos pelos órgãos públicos é importante na medida em que possibilita, mesmo que de forma incipiente, uma visibilidade dos problemas

e necessidades por que passa a sociedade civil aos diversos órgãos públicos.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre os movimentos sociais e a construção da cidadania teve como objetivo fazer um estudo de caso, baseada na análise teórica, sobre a ocorrência ou não de ações coletivas de indivíduos pertencentes à sociedade civil. Indivíduos que buscam construir ou ampliar seus direitos de cidadania dentro da própria sociedade em que vivem, buscando fazer valer não somente os seus direitos, mas também os de outros indivíduos de camadas menos favorecidas da sociedade civil.

Ao iniciar esta pesquisa, propondo o estudo da construção da cidadania pelos movimentos sociais, o que se mostrou como mais importante a ser analisado não era a quantidade de entidades existentes e quais tipos de ações realizavam. O que se precisava atentar era para a forma como a construção ou ampliação da cidadania era realizada através das ações desses grupos e qual era o seu alcance na sociedade.

Assim, tornava-se necessário fazer o estudo de um grupo específico, analisando sua formação e propósitos, para verificar se ocorria na prática, aquilo que foi analisado na parte teórica a respeito da

relação entre os movimentos sociais e o Estado na construção da cidadania.

Nesse processo, foi escolhido o grupo de capoeira angola *Malta Nagoa* da cidade de Uberlândia, pelo fato de já haver um conhecimento anterior dos projetos sociais realizados pelo grupo, ficando estes projetos denominados de *Projeto Capoeira Angola*.

O estudo do *Projeto Capoeira Angola* possibilitou analisar na prática como ocorre a realização de ações de indivíduos que enfocam suas atividades nas práticas sociais buscando promover a construção e ampliação da cidadania na sociedade civil, principalmente na área educacional. A partir da análise dos projetos desenvolvidos pelo grupo e das entrevistas realizadas, foi possível perceber que o principal objetivo do grupo, ao promover as atividades, era o de possibilitar ao público-alvo, principalmente as comunidades carentes da cidade, uma outra perspectiva de vida, mostrando-lhes a possibilidade de se incluir na sociedade, principalmente através da educação.

As atividades do grupo atendem diversos setores da comunidade, como grupos de reabilitação de dependentes de droga e álcool, e grupos de jovens com deficiência física. Mas o principal público atendido pelas atividades são os jovens de bairros periféricos. Nesse sentido, grande

parte dos trabalhos são desenvolvidos em escolas periféricas e, através das atividades, há uma preocupação do grupo em despertar nos jovens o interesse pelos estudos, para que possam ter a oportunidade de conseguirem uma maior inserção na sociedade através da educação.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber a existência de uma gama de aspectos culturais e sociais presentes nas ações do grupo, que nos permitiu captar uma série de elementos sobre as formas de ação do grupo no intuito de promover o resgate da cultura negra e a inclusão social através das atividades realizadas.

A proposta inicial do projeto era procurar fazer uma análise teórica dos movimentos sociais na construção da cidadania. Nesse processo, procurou-se entender também a relação destas práticas com o papel do Estado no que se refere à questão da cidadania. No caso do *Projeto Capoeira Angola* e a sua relação com as atividades realizadas com a utilização de recursos financeiros provenientes de alguns órgãos públicos como a universidade e a Prefeitura Municipal, o que se percebe é que o grupo vem agindo de forma reivindicativa ao captar esses recursos para fins sociais.

A utilização destes recursos em projetos sociais desenvolvidos pelos movimentos sociais demonstra uma forma

de ação por parte dos movimentos no sentido de denunciar e reivindicar o caráter estagnacionista por parte do Estado nas resoluções das questões sociais.

No desenrolar deste estudo, procuramos entender as formas de ação dos movimentos sociais na tentativa de promover a ampliação dos direitos de cidadania e sua relação com o Estado, via pressão e luta reivindicatória. Dessa forma, partiu-se para o estudo de um grupo, aqui considerado como uma forma de movimento social, a fim de que se pudesse analisar como são desenvolvidas as ações coletivas promovidas por este tipo de movimento social.

O estudo do *Projeto Capoeira Angola* nos proporcionou ampliar o entendimento sobre práticas sociais, institucionalizadas ou não, que envolvem a questão da construção e exercício da cidadania na sociedade brasileira, além de colaborar para uma melhor compreensão das políticas sociais promovidas através de ações coletivas e de seu impacto na sociedade.

Nesse sentido, pontuaremos que através deste estudo foi possível constatar que o grupo, como um tipo de segmento dos movimentos sociais, vem se empenhando em promover a inclusão social e a conquista dos direitos da cidadania através da realização dos projetos voltados para a área educacional,

tentando incentivar segmentos da sociedade a terem o acesso aos seus direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. e TAVARES ALMEIDA, M. H. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 215-239
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 236p
- COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil – uma abordagem tentativa. In: *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, nº 38, São Paulo: CEBRAP, 1994. p. 38-52
- DURHAM, E. R. Movimentos sociais – a construção da cidadania. In: *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, nº 10, São Paulo: CEBRAP, 1984. p. 24-30
- EVERS, T. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. In: *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, vol. 2, nº 4, São Paulo: CEBRAP, 1984. p. 11-23
- GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 383p.
- HISTÓRICOS. *Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, 2004 a 2007* (mimeo)
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Métodos Científicos. In: *Fundamentos de Metodologia Científica. Capítulo. 4*. São Paulo: Atlas, 1991. p. 108
- MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: *Cidadania, classe social e status. Capítulo 3*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p.57-114.
- PROJETOS. *Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, 2004 a 2008*. (mimeo)
- SAES, D. A. M. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. In: *CRÍTICA MARXISTA*, nº 16, Campinas: Editora Boitempo, 2003. p. 9-38
- _____. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 135p.
- _____. Democracia Representativa e Democracia Participativa. In: DEITOS, R. A. & RODRIGUES, R. M. (org.). *Estado, Desenvolvimento, Democracia e Políticas Sociais*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 43-52.
- SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem Fronteiras – ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. 95p.
- TELLES, V. S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.) *Os anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 91-102.